

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS

#### Artigo 5º

1. Podem ser associados da Associação, para além dos atuais, os bancos com sede, ou sucursal em Portugal e as filiais de bancos estabelecidas em Portugal.
2. Podem ainda ser associadas outras instituições de crédito por deliberação da Assembleia Geral, adotada com a maioria prevista no artigo 21º.

#### Artigo 6º

1. A admissão de novos associados é da competência da Assembleia Geral, a qual verifica o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 5º.
2. O pedido de admissão deve ser submetido por escrito ao Presidente da Direção.
3. A deliberação de admissão de um novo associado fixa uma contribuição inicial deste para a cobertura do imobilizado fixo da Associação.
4. A forma de cálculo da contribuição a que se refere o número anterior é estabelecida por deliberação da Assembleia Geral, de acordo com critérios de proporcionalidade.

#### Artigo 7º

Constituem direitos dos associados:

- a) Tomar parte nas assembleias gerais;
- b) Eleger e ser eleitos para os cargos associativos;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos previstos no artigo 15º, nº 2;
- d) Recorrer das deliberações da Direção para a Assembleia Geral;
- e) Receber informação sobre as atividades e trabalhos da Associação;
- f) Apresentar as sugestões que julguem convenientes à realização dos fins estatutários;
- g) Solicitar a intervenção da Associação sobre factos e circunstâncias que afetem os interesses profissionais dos associados e que, pela sua natureza, possam ser compreendidos nos fins da Associação;
- h) Utilizar todos os serviços da Associação nas condições que forem estabelecidas pela Direção;

i) Usufruir de todos os demais benefícios ou regalias da Associação.

#### Artigo 8º

1. Constituem deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente as contribuições fixadas pela Assembleia Geral;
- b) Exercer os cargos associativos para que tenham sido eleitos ou designados;
- c) Comparecer às assembleias gerais e reuniões para que forem convocados;
- d) Acatar os preceitos estatutários e as deliberações dos órgãos da Associação tomadas nos termos dos presentes Estatutos;
- e) Prestar colaboração efetiva a todas as iniciativas que concorram para o prestígio e desenvolvimento da Associação, que tenham sido aprovadas pela Direção da Associação;
- f) Prestar a colaboração necessária à Associação para o cabal exercício da sua atividade, transmitindo tempestivamente as posições e informações pertinentes, direta ou indiretamente através dos grupos de trabalho em que decidam participar;
- g) Guardar sigilo sobre matérias para as quais tenha sido indicada reserva de confidencialidade;
- h) Cumprir todas as demais obrigações que lhes caibam por força da lei ou dos presentes Estatutos.

2. A qualidade de associado envolve ainda um compromisso de respeito pelas regras de conduta e de boas práticas bancárias adotadas pela Associação.

#### Artigo 9º

1. Perdem a qualidade de associados:

- a) Os que se exonerem;
- b) Os que deixarem de reunir os requisitos previstos no artigo 5º, designadamente por terem deixado de exercer a atividade bancária em Portugal;
- c) Os que ingressarem em associações portuguesas que prossigam objetivos idênticos aos desta Associação;
- d) Os que forem excluídos nos termos do nº 4.

2. A exoneração deve ser comunicada à Direção da Associação por carta registada, com aviso de receção, e só produz efeitos no fim do ano civil em que tiver sido recebida, e nunca antes de decorridos 30 dias após essa receção.

3. A perda de qualidade de associado prevista nas alíneas b) e c) do nº 1 opera automaticamente no momento em que cheguem ao conhecimento da Direção os respetivos factos, devendo esta dar conhecimento da exclusão aos associados.
4. A exclusão prevista na alínea d) do nº 1 deve ser sempre precedida de procedimento disciplinar, competindo a decisão à Assembleia Geral convocada para o efeito, observando-se o disposto no artigo 31º.
5. A perda de qualidade de associado não dá direito à restituição de quaisquer contribuições com que tenha entrado para a Associação nem desobriga o associado do cumprimento pontual de todas as obrigações financeiras anteriormente assumidas.